

A BATALHA ANTIÉPICA: O Povo na Guerra de Independência do Brasil na Bahia. (1822-1823)

Tiago Soares da Silva e Silva.

1

RESUMO

O presente trabalho analisa a participação popular na Independência da Bahia, nas Tropas do Exército Pacificador, entre 1822 a 1823, período do conflito, abordando quem é esse povo, em que condições lutava, se articulava e por quem ou o porquê realmente batalhava. Cabe ainda discutir se as motivações dos populares foram concretizadas, no pós-guerra e de que maneira fizeram valer suas respectivas reivindicações. Esta pesquisa também apresenta uma pequena revisão historiográfica da Independência do Brasil, mostrando que este importante acontecimento histórico não foi um evento polarizado pela ação do Imperador nas cortes fluminenses, mas um episódio de repercussão regionalizada, singularizado de diferentes maneiras, segundo as relações políticas existentes nos diversos espaços do Brasil Colônia.

Palavras – Chaves: povo – independência – exército

A Independência do Brasil, frequentemente é vista como um acontecimento isolado e heróico, onde D. Pedro dá as principais coordenadas para a libertação da colônia, levando a um grave reducionismo histórico, pois acaba por esquecer que o movimento brasileiro ocorreu em diversas províncias do mundo colonial, muitas das quais com um histórico extenso de rebeldia contra a metrópole lusa: como é o caso da Bahia. Os equívocos das interpretações do movimento de Independência ocorrem quando as causas primárias da Independência do Brasil, em todas as províncias giram em torno das mesmas questões que a do Rio de Janeiro, esquecendo-se assim que o Brasil Colônia era constituído por inúmeras províncias que não compartilhavam os mesmos interesses políticos. Assim, a manifestação das províncias em torno do acontecimento histórico da Independência tem causas particulares e como tal deve

ser analisada em cada território de poder, levando-se em conta seu histórico, inserção política e relações de poder.

Nesse contexto, destaca-se a província da Bahia onde partidários da Coroa Portuguesa decidiram não reconhecer a Independência do Brasil, optando por permanecer ligada a Portugal por razões políticas de longa duração, visto que a elite dirigente baiana via bons motivos para continuar na posição de Reino Unido à Coroa portuguesa. A província de Pernambuco, diferentemente de qualquer outra do Norte-Nordeste, adotou um projeto político republicano e teorizava seriamente separar-se de Portugal e do resto do Brasil.

Diante dos referidos exemplos, a Bahia e Pernambuco, quando falamos em Independência do Brasil em 1822 é importante analisar de que Brasil estamos falando, visto que o Brasil-Nação não existia no início do século XIX. As províncias eram desunidas e cada uma procurava defender seus próprios interesses. O deputado Feijó, representante do Brasil, nas Assembleias Constituinte relata esta ausência de sentimento patriótico ao afirmar: “não somos deputados do Brasil, de quem em outro tempo fazíamos uma parte imediata porque cada província se governa hoje independente. Cada hum é deputado da província que o elegeu.”²

A ausência deste sentimento de nacionalidade e as divergentes posturas políticas das capitânicas coloniais nos levam a repensar o termo A Independência do Brasil, visto que a Colônia não era um território Uno e não estava unida por uma mesma causa. De modo que a emancipação brasileira, datada de 7 de setembro de 1822, repercutiu de modo bastante diverso pelo amplo território colonial, pois, como já observado, as capitânicas singularizaram diversas maneiras de se libertar de Portugal. Diante da heterogeneidade de reações ao 7 de setembro de 1822, devemos pensar o movimento separatista em suas singularidades, visto que cada região apresentara complexidades diferentes, e essas particularidades não devem ser esquecidas pelo historiador, pois, se não observadas tornam a narrativa histórica refém de reducionismos e simplificações, que apagam a individualidade do sujeito histórico que se constitui como objeto de estudo da história.

Caio Prado Júnior foi o primeiro a alertar que a historiografia da Independência do Brasil é esquemática e simplista, pois está presa a marcos cronológicos que levam ao empobrecimento e reducionismo do acontecimento histórico. Afirma ainda que a atenção demasiada dada aos fatores externos (ações da metrópole) empobrece a leitura de um movimento revolucionário que, como tal, tem como causas determinantes os fatores internos

que são constituídos numa longa duração e determinados pela luta de classes. Com essas reflexões, Caio Prado foi o primeiro a colocar a Independência nas mãos dos brasileiros, inserindo na historiografia brasileira o quesito luta de classes, destituindo assim a leitura bipolar Brasil-Colônia versus MetrÓpole. Entretanto, foi demasiadamente reducionista ao afirmar que

[...] a Independência se fez por uma simples transferência pacífica de poderes da metrÓpole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas neste processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia, naturalmente as únicas em contato direto com o Regente e sua política. Fez-se a Independência à revelia do povo [...] A Independência é fruto mais de uma classe que a da nação tomada em conjunto.³

Caio Prado generaliza o processo de Independência do Brasil, estendendo a experiência do Rio de Janeiro ao Brasil inteiro. Esquece-se de mencionar que em regiões do Norte-Nordeste, a Independência não foi nada pacífica, principalmente na Bahia que protagonizou o confronto mais violento entre portugueses e brasileiros.

Devido à crise econômica pela qual Portugal passava desde a segunda metade do século XVIII, os portugueses aos poucos contraíram uma dívida enorme com a Coroa espanhola, a qual pagavam diretamente com ouro tirado das Minas Gerais, mas, com a libertação da Colônia como pagar a conta. Nora de Cássia Oliveira explica porque Portugal, dentre tantas capitanias escolhe a Bahia para iniciar a recolonização.

No jogo político delineado nos anos de 1820-1822, a província foi uma importante possessão territorial, disputada tanto por Lisboa quanto pelo Rio de Janeiro. [...] Sua posição geográfica e o peso político e econômico de antiga capital colonial e importante porto exportador realçavam sua importância geopolítica para a concretização dos projetos políticos defendidos por aqueles centros de poder. A Portugal interessava garantir o domínio sobre uma base territorial que lhe permitisse organizar suas forças militares na América, para combater o projeto de separação do Reino Unido; ao Rio de Janeiro, inversamente, a adesão da Bahia significava garantir a própria segurança da corte contra os inimigos internos e externos.⁷⁴

Como podemos perceber, a Bahia era um importante porto que facilitaria as ações comerciais portuguesas nas Américas, além de reconhecida como um território propício à organização militar. A conquista da Bahia era um importante passo rumo a uma futura recolonização. Entretanto, apesar das inúmeras vantagens da escolha, a Bahia tinha um

histórico intenso de rebeldia contra a metrópole, que se iniciava com a conjuração dos alfaiates, movimento que ficou famoso devido à intensa movimentação popular.

Baseado no episódio da revolta dos alfaiates, Luís Henrique Dias Tavares aponta que a Bahia tem um histórico próprio de luta pela sua emancipação. Assim, o autor nos convida a analisar as raízes de uma longa luta da elite e do povo baiano para separar-se da metrópole, assinalando o conceito de essencialização histórica, ou seja, a Independência da Bahia não é fruto de uma simples adesão à corte fluminense, mas parte de uma trajetória de um longo processo de luta de classes.

Tal como na Conjuração Baiana, as camadas populares têm sido marginalizadas na historiografia brasileira, assim como na Independência da Bahia, muito se falava do povo na guerra mais nunca sobre eles, seus projetos e o que desejavam ao participarem dos movimentos históricos. Algumas das dificuldades certamente provêm do fato da maioria da população ser analfabeta, não podendo deixar registros de si ou sobre si mesma. Esse impasse epistemológico dificulta muito o historiador descrever as participações dos populares na guerra de Independência, pois nunca é o próprio povo que fala de si, mas são os capitães ou generais de guerra que deixam registros destes episódios. Analisar o povo na documentação a partir de terceiros é um trabalho minucioso, pois boa parte das informações estão filtradas ou omitidas, principalmente devido a segmentos do exército estarem divididos, por causa da participação de diversas camadas de civis, dentre eles os mulatos.

Kátia Mattoso avalia a inserção deste grupo no exército brasileiro, analisando as especificidades no mundo colonial que conduziram brancos e mulatos a compartilharem a mesma carreira no exército onde, por tradição feudal, cabia apenas a nobreza européia.

Durante o período colonial, os postos de comando permaneceram, em geral, nas mãos dos portugueses, mas os brasileiros formavam a maior parte dos efetivos das forças armadas. As tropas portuguesas só chegaram ao Brasil depois de 1808 e, sobretudo, de 1817, concentrando-se especialmente nas capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro. A maioria desses soldados brasileiros era formada por mulatos oriundos das classes menos favorecidas da população. Mulatos e brancos formavam a oficialidade média e subalterna, de modo que, às rivalidades que opunham brasileiros e portugueses, acrescentaram as que opunham brancos e mestiços. Elas se tornaram explosivas durante as guerras pela Independência da Bahia e tiveram grande peso nas revoltas de 1824 e 1837.”⁵

Os conflitos entre brancos e mulatos no exército só tendiam a aumentar, posto que o soldado ganhava muito pouco, chegando a passar até por períodos de fome, como mostra um trecho da correspondência do general Felisberto Gomes Caldeira, endereçada ao Conselho Interino de Governo da Província:

Em observância da ordem do Ilmo Excelentíssimo Conselho Interino de Governo desta Província datada de vinte e (ilegível) do passado, segue para o Districto de Pirajá e Torre o sargento Mor graduado Luis Correa de Moraes [...] e praças de primeira Linha as Ordens de V.S., com todo seo armamento, e dez mil cartuchos embalados: municiado este corpo de pão e carne até o dia cinco do corrente.[...]6

A correspondência do general mostra o atendimento às necessidades básicas de uma tropa de soldados. O racionamento da provisão de pão e carne demonstra as dificuldades de manutenção estrutural das tropas. Segundo Ubiratan Castro, “a taxa de doentes atingiu a proporção de 10%. O moral da tropa estava tão baixo que já se haviam acostumado à ideia de sua incapacidade de tomar a cidade por assalto. “[...] Era a guerra da doença contra a fome”7. Braz do Amaral também chegara à mesma conclusão, ao afirmar que, na guerra da Bahia, as tropas brasileiras perdiam mais por deserção, doença e principalmente fome.

Entretanto, esses não eram os únicos problemas do exército brasileiro. A falta de recrutas obrigou o general Pedro Labatut prometer a alforria de escravos, caso estes participassem do serviço militar. Essa notícia caiu como uma bomba nos meios senhorias, que viam a possibilidade do Brasil se tornar um segundo Haiti. João José Reis, em “o jogo duro do dois de Julho”, analisa a participação de escravos na luta da Independência da Bahia. Pra Reis o maior agravante era o fato do novo estado está sendo defendido por escravos que não se percebiam – nem poderiam perceber-se – como cidadãos naquela sociedade patriarcalista e escravocrata.

Reis afirma que muitos escravos nem sequer esperavam seus senhores os liberarem para participar da guerra, fugindo para apresentarem-se às tropas, sob falsas promessas de liberdade. Entretanto, observadores atentos da conjuntura da guerra pela independência, muitos escravos se organizavam para reivindicar, coletivamente, a liberdade. Sobre as ambições de liberdade entre os escravos da Bahia, João Reis argumenta:

[...] os sinais desse projeto dos negros são claros. Os escravos negros nascidos no Brasil (crioulos) ousavam pedir, organizadamente, a liberdade!

Eles contavam inclusive com a simpatia das pessoas livres, talvez até brancos, que encaminhavam suas petições às cortes em Lisboa. [...]»⁸

O “partido negro” nunca foi comprovado pela historiografia, pois os escravos em toda a província da Bahia não se organizarão rumo à liberdade, exceto na Villa de Cachoeira e Santo Amaro, onde foi possível comprovar certa mobilização. Assim, o “partido negro” seria dessas regiões. Entretanto, nos arquivos do Conselho Interino de Governo, correspondências sobre episódios de guerra da cidade de cachoeira, fazem menção à possível organização sistemática de negros: “o Districto há trez partidos revolucionários, a saber, hum de Brasileiros, e o outro de Europeus, e o terceiro de Negros [...].”⁹

Mesmo sendo uma especificidade de Cachoeira, a organização dos negros na província, causou muita preocupação ao capitão mor Jozé Antonio Fiuza de Almeida, autor do documento em que relata a seu superior a mobilização ocorrida na Villa de Cachoeira e sua preocupação em o mesmo transformar-se em um motim grave. Isso mostra que a organização do escravo, em torno do que se chamava na época “partido negro”, é assunto para ser melhor pesquisado, visto que lançar os negros no corpo militar era também percebido como um risco de rebelião de escravos contra seus senhores, que perderiam sua mão-de-obra. Ubiratan Castro pondera as conseqüências de colocar escravos, que originalmente trabalhavam nas lavouras, para batalhar no campo de guerra.

[...] Os engenhos não moeram a safra naquele ano. Muitos engenhos de portugueses foram depredados ou abandonados pelos seus proprietários. As fugas de escravos pela guerra ou por ocasião da guerra tinham deixado muitos engenhos desertos. Os engenhos menores sofreram bastante o peso das requisições e contribuições em dinheiro, em víveres e em homens para o exército. Mesmo os engenhos mais protegidos, sofriam com a desorganização da economia açucareira. [...]»¹⁰

A participação do escravo na guerra implicou numa série de conseqüências, como relata o historiador baiano. Trocar a lavoura pela batalha acarretou em um sério problema de abastecimento, visto que a produção diminuiria e não daria para alimentar as tropas com a devida precisão. Mas a falta de armas, fome e doenças não eram problemas só dos brasileiros, mas também realidade portuguesa, que em casos de guerra tinha seus custos de guerra cobertos com recursos de suas províncias. Entretanto, lutando contra a mão que supostamente iria lhe ajudar, a situação de Portugal na guerra tornava-se demasiadamente difícil. Segundo Luís Henrique Dias Tavares,

[...] a grande deficiência da tropa portuguesa não estava em caracterizar o poder das cortes ou do rei, mas sim na sua falta de “de naturalidade”, na sua circunstância mais real: “nenhum laço os prende a este paiz.” [...] Além disso, a manutenção dessas tropas (quartéis, fardas, mantimentos, armas e munições) era da responsabilidade financeira da província – no velho costume colonial – o que onerava com pesadas despesas, bloqueando recursos insuficientes. [...]”¹¹

Com problemas de armas, fardas e abastecimento, o general português Madeira de Mello tinha dificuldades para controlar suas tropas. Os arquivos do Conselho Interino de Governo revelam que constantemente os soldados lusos desertavam. Além disso, a cidade também enfrentava a iminência de saques às casas dos moradores da Villa de Cachoeira, como nos revela trechos de documento, onde o capitão mor Jozé Antonio Fiuza de Almeida na Villa de Cachoeira, afirma a necessidade de cautela para não levantar os ‘ânimos do povo’:

“há noticia se tem fabricado muitas Ballas, e a Pólvora tem tido muita extração nas lojas, que se continua a vender; consta mais, que muitas cazas se acham munidas de muitas armas de toda a qualidade, e mesmo peças de Artilharia; Eu a este respeito poderia ter dado algumas buscas, mas tenho usado de moderação para não incendiar os ânimos dos povos [...]”¹²

Assim, a falta de condições e instrumentos básicos de guerra levou a tropa portuguesa à derrota que, sem condições de manter seus homens, segundo Ubiratan Castro, bateu em retirada no início de 2 de julho de 1823. Percebendo a ausência do inimigo, os brasileiros entraram em triunfo na cidade. Este quadro mostra que apesar de violenta, a Independência na Bahia como em outras partes do Brasil, comparada com a realidade de outros países latino-americanos, não apresentou um desfecho tão épico, visto que o número de soldados mortos é irrisório se comparado aos países vizinhos. A documentação mostra que, naquela Guerra, a luta foi contra a fome e as doenças.

NOTAS

¹ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade do Estado da Bahia, Campus V, Bolsista FAPESB de Iniciação Científica, sob orientação da prof.^a Dra. Nancy Rita Sento Sé de Assis .

² MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986, p.83

³ PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 12. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 48

⁴ OLIVEIRA, Nora de Cassia Gomes de. “A Província da Bahia e a construção do Estado Nacional: A elite dirigente do estado na Província (1824-1831)” In: NETO, Martinho Guedes dos Santos; COSTA, Robson Xavier da. *Pesquisa em História: temas e abordagens*. João Pessoa: UFPB, 2009, p. 63-64

⁵ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: Uma província no Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 226

⁶ Arquivo histórico do Estado da Bahia/ Coleção Independência do Brasil na Bahia./ Série: Dossiê sobre a Independência / Seção de arquivo Colonial e provincial./ Livro: 001/ Antigo: 633.

⁷ ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *A guerra da Bahia*. Salvador: Centros de Estudos Afro-Orientais, 2001, p. 56

⁸ REIS, João José; SILVA, Eduardo. O Jogo Duro de Dois de Julho: “O Partido Negro: na Independência da Bahia”. In: *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das letras, 1989, p. 92

⁹ Arquivo histórico do Estado da Bahia/ Coleção Independência do Brasil na Bahia./ Série: Correspondências 1822-1823 /Fundo: Junta Provisória/Conselho Interino de Governo/Série: Dossiês sobre a Independência/ Seção de arquivo Colonial e provincial./ Maço: 005/ Antigo: 634.

¹⁰ ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *A guerra da Bahia*. Salvador: Centros de Estudos Afro-Orientais, 2001, p. 55-56.

¹¹ TAVARES, Luís Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982, p. 60.

¹² Arquivo histórico do Estado da Bahia/ Coleção Independência do Brasil na Bahia./ Série: Correspondências 1822-1823 /Fundo: Junta Provisória/Conselho Interino de Governo/Série: Dossiês sobre a Independência/ Seção de arquivo Colonial e provincial./ Maço: 005/ Antigo: 634.